



Programa que incentiva uso de bicicleta aguarda sanção

O Programa Bicicleta Brasil destina recursos para a construção de ciclovias e bicicletários. Aprovado no início deste mês, o projeto deve ser sancionado ou vetado por Michel Temer até 5 de outubro

O projeto de lei que cria o Programa Bicicleta Brasil deve ser sancionado ou vetado pelo presidente da República, Michel Temer, até 5 de outubro. A proposta, que tem origem na Câmara dos Deputados, foi aprovada pelo Senado no início deste mês.

O objetivo do programa é aumentar os investimentos no setor para viabilizar a construção de ciclovias, ciclofaixas, faixas compartilhadas e bicicletários e a implantação de aluguéis de bicicletas a baixo custo em terminais de transporte co-

letivo, centros comerciais e locais de grande fluxo.

Caso seja sancionado sem vetos, o programa receberá 15% do que é arrecadado com multas de trânsito em todo o país. Em valores de hoje, a porcentagem significa cerca de R\$ 1,3 bilhão por ano.

O programa também deverá contar com recursos da Cide-Combustíveis e repasses dos governos federal, estaduais e municipais. Poderá também receber doações de organismos de cooperação internacionais ou nacionais, de empresas e de pessoas físicas. **3**



Pedro França/Agência Senado

Estudos mostram que usar bicicleta como meio de transporte gera benefícios para a economia, a saúde e o meio ambiente



José Eduardo Alckmin afirma que norma impede prisões abusivas

Candidatos às eleições não podem ser presos até 7 de outubro

Já está em vigor, desde sábado, regra que impede que os candidatos sejam presos ou detidos, a menos que haja flagrante. A imunidade eleitoral começa a valer 15 dias antes do pleito e se estende até 48 horas após as votações. Para o ex-ministro do TSE José Eduardo Alckmin, a lei garante a normalidade do processo, garantindo que o candidato possa participar das eleições, sem ser afastado por prisões abusivas. A imunidade também abrange os eleitores. Nesse caso, as prisões ficam suspensas 5 dias antes e 48 horas depois das eleições. **2**



Diagnóstico precoce ajuda a salvar vidas, dizem médicos

Exames periódicos para adultos e recém-nascidos precisam entrar na rotina dos brasileiros para evitar problemas de difícil detecção. Testes da orelhinha e do pezinho para bebês, check-up para adultos

e práticas integrativas como a iridologia, que identifica desequilíbrios com base nos padrões da íris, podem ajudar em diagnósticos precoces e ser fundamentais para salvar vidas. **4**



Edilson Rodrigues/Agência Senado

Para Luiz Márcio Marinho, pode-se evitar consequências neurológicas

Texto cria regra para regularização ambiental em assentamentos

Projeto permite que áreas de assentamento de reforma agrária façam a regularização ambiental por compensação. A regra valerá para proprieda-

des de até um módulo fiscal. Pelo texto, o percentual de reserva legal da área será definido pela legislação da época da criação do assentamento. **2**



Paulo Filgueiras/Geiz

Pelo projeto, lote de agricultor familiar não precisará recompor reserva legal

Prêmio cultural pode ficar isento do Imposto de Renda

O Senado analisa projeto que isenta do Imposto de Renda prêmios artísticos e culturais. Para valer o benefício, a premiação deverá ser outorgada por comissão de, pelo menos, três pessoas e o resultado deverá ser público. **2**

Projeto libera publicidade paga em TVs e rádios estatais

Televisões e rádios controladas pelo poder público federal, estadual e municipal podem ser autorizadas a veicular publicidade comercial, se aprovado projeto em análise no Senado. Para o autor, será uma forma de ajudar na manutenção dos veículos. **2**

Candidatos não podem ser presos até o dia 7

Imunidade eleitoral garante que só haja detenção mediante flagrante e já está em vigor. Medida passa a valer para eleitores a partir do dia 2



DESDE SÁBADO, NENHUM dos candidatos às eleições deste ano poderá ser preso ou detido, a menos que seja flagrado cometendo crime. A chamada imunidade eleitoral de candidatos está prevista no Código Eleitoral e começa a valer 15 dias antes da eleição e dura até as 48 horas posteriores a ela (7 de outubro).

A imunidade garante ao candidato o direito ao pleno exercício da democracia, impedindo que ele seja afastado da disputa eleitoral por prisão ou detenção que possa ser posteriormente revista.

— É uma forma de garantir a normalidade das eleições.

Antigamente era comum a autoridade policial estar a serviço de determinada candidatura e fazer prisões arbitrárias para impedir que eleitores apoiassem opositores. Por isso, essa garantia eleitoral se estabelece em torno não só dos candidatos, mas até mesmo dos eleitores — explica o advogado eleitoral e ex-ministro do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) José Eduardo Alckmin.

Ele esclarece que, mesmo em caso de prisão ou detenção por flagrante delito, o candidato continuará na disputa, uma vez que a Lei da Ficha Limpa (Lei Complementar 135, de 2010) proíbe apenas candidaturas de pessoas condenadas em segunda instância por órgão colegiado.

— Enquanto ele não for condenado, ele está elegível. Uma mera prisão preventiva, antes de uma condenação de órgão colegiado de segundo grau, não impede que ele continue a concorrer com os demais candidatos — acrescenta Alckmin.

Mais de 27 mil candidatos



Para o ex-ministro do TSE José Eduardo Alckmin, lei garante a normalidade das eleições e evita prisões abusivas

estão concorrendo aos oito cargos eletivos: presidente da República e vice, governador e vice, deputados federal, estadual e distrital, além das duas vagas para senador.

No caso dos eleitores, a imunidade eleitoral tem como objetivo garantir o exercício do voto. Nesse caso, é mais restrita e impede prisões cinco dias

antes do pleito até 48 horas após a eleição. Na prática, nenhum eleitor poderá ser preso ou detido no período entre 2 e 9 de outubro, a menos que seja flagrado cometendo crime ou haja contra ele sentença criminal condenatória por crime inafiançável, como racismo, tortura, tráfico de drogas e terrorismo. Também

pode ser detido por desrespeito ao salvo-conduto de outros eleitores, criando, por exemplo, constrangimentos à liberdade de votar.

Ocorrendo qualquer prisão, o preso será imediatamente levado ao juiz competente, que avaliará a legalidade da detenção ou a revogar.

Da Agência Câmara

Premiações artísticas poderão ser isentas de IR

Tramita na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) projeto que isenta do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) os prêmios de cunho artístico e cultural. De acordo com o PLS 302/2017, para a isenção do imposto, a premiação deverá ser outorgada por uma comissão de no mínimo três pessoas, a escolha do premiado será submetida a avaliação e o resultado deverá ser público.

O autor do projeto, Lasier Martins (PSD-RS), considera injusto classificar como “proventos de qualquer natureza” para fins tributários os valores recebidos como prêmio artístico e cultural. Para ele, as premiações constituem importante reconhecimento público da produção cultural que merece incentivo dos órgãos governamentais.

Na justificativa, Lasier lembra que o Plano Nacional de

Cultura já prevê “a revisão da legislação tributária, a instituição de instrumentos tributários e a criação de regras nacionais de tributação diferenciadas para beneficiar a produção, difusão, circulação e comercialização de bens, produtos e serviços culturais”.

O relator é o senador Roberto Muniz (PP-BA). O projeto também será encaminhado à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).



Emissoras como a Rádio Senado poderão ter publicidade remunerada

Projeto autoriza publicidade comercial em emissoras estatais

Projeto que libera a veiculação de publicidade remunerada em rádios e TVs controladas pelo poder público federal, estadual e municipal, tramita na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

De acordo com o PLS 99/2017, do ex-senador Thieres Pinto, produtos e campanhas institucionais pagas poderão ajudar a sustentar os veículos de comunicação

estatais. O autor lembra que a manutenção desses veículos depende somente de verbas orçamentárias, “quase sempre insuficientes”.

“Os serviços de radiodifusão tornam-se fonte de despesas para os governos e têm seus orçamentos substancialmente reduzidos, principalmente em momentos de crise fiscal como o que vivemos hoje”, argumenta Thieres na justificativa.



Isenção do Imposto de Renda para prêmios de cunho artístico será votada pela Comissão de Educação e Cultura

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Eunício Oliveira
Primeiro-vice-presidente: Cássio Cunha Lima
Segundo-vice-presidente: João Alberto Souza
Primeiro-secretário: José Pimentel
Segundo-secretário: Gladson Cameli
Terceiro-secretário: Antonio Carlos Valadares
Quarto-secretário: Zeze Perrella
Suplentes de secretário: Eduardo Amorim, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Sílvio Burl
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller e Pedro Pincer

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Bicicleta ajuda saúde, economia e meio ambiente

Programa que propõe aumentar investimentos no ciclismo em todo o país foi aprovado recentemente pelo Senado e deve ser sancionado ou vetado até o dia 5 de outubro

O PRESIDENTE DA República tem até o dia 5 de outubro para sancionar ou vetar o Programa Bicicleta Brasil (PBB), aprovado recentemente pelo Senado. O objetivo do programa é aumentar os investimentos no setor.

O PLC 83/2017 visa aumentar a construção de ciclovias, ciclofaixas e faixas compartilhadas, a implantação de aluguel de bicicletas a baixo custo em terminais de transporte coletivo, centros comerciais e locais de grande fluxo, a construção de bicicletários nos terminais de transporte, a instalação de paraciclos ao longo das vias e estacionamentos apropriados e a realização de campanhas de incentivo ao uso da bicicleta.

O PBB tem como base a reserva de 15% dos recursos arrecadados com as multas de trânsito em todo o país. Como o valor é de cerca de R\$ 9 bilhões por ano, significa que o programa, se efetivado, terá um orçamento de ao menos R\$ 1,3 bilhão anuais. O programa também deverá receber recursos da Cide-Combustíveis (percentual a ser definido em regulamento), de repasses dos governos federal, estadual e municipal, de doações de organismos de cooperação internacionais ou nacionais, de empresas e até de pessoas físicas.

Durante a tramitação da proposta no Congresso, o PBB teve o apoio oficial da União



Ocimar Pereira/Projetura de Porto Alegre

Proposta deve permitir a construção de mais ciclovias e a realização de campanhas de incentivo ao ciclismo

dos Ciclistas do Brasil (UCB) e da Confederação Nacional de Municípios (CNM). Para essas entidades, o reforço ao uso das bicicletas poderá trazer importantes benefícios econômicos e sociais ao país.

Saúde

Recentemente o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap) publicou uma pesquisa relacionada ao uso da bicicleta em São Paulo, concluindo que a adesão da população paulistana ao uso da bicicleta resultaria numa economia de R\$ 34 milhões por ano ao Sistema Único de Saúde (SUS). A economia viria da queda do número de internações por diabetes ou doenças circulatórias, com base em dados oficiais do setor hospitalar.

Os ciclistas já são responsáveis por uma redução de 3% na

emissão de CO₂ pelos meios de transporte paulistanos. O Cebrap avalia que as emissões podem cair em até 18%, se for atingido todo o potencial ciclístico da cidade.

A entidade demonstra que um paulistano que usa majoritariamente o transporte coletivo em seus deslocamentos pode economizar até R\$ 140 por mês caso passe a priorizar a bicicleta. E para quem usa mais o carro particular, a economia pode chegar a até R\$ 450 mensais.

Para os cidadãos das classes C e D, a economia pode ser de até 14% da renda mensal (R\$ 214) caso incorporem a bicicleta como hábito.

E se todo o potencial ciclístico de São Paulo for aproveitado, haverá um acréscimo de R\$ 870 milhões no PIB municipal em razão da economia de tempo nos deslocamentos.

Em julho a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) também lançou um estudo oficial sobre o tema, chamado *A Economia da Bicicleta no Brasil*.

O levantamento destaca, com base em números de 2016, que o Brasil contava à época com quase 6 mil lojas dedicadas ao comércio de bicicletas, peças e acessórios, empregando diretamente quase 14 mil trabalhadores. Mais de 76% das bicicletarias tinham até cinco funcionários e 22,4% delas empregavam apenas um. Uma das características principais do ramo, segundo a UFRJ, é justamente a tendência de se configurarem como lojas de pequeno porte.

A pesquisa mostra que o faturamento médio desse tipo de loja gira em torno de R\$ 800 mil anuais e que 22% vendem entre R\$ 50 e R\$

200 mil por ano. Outros 20% movimentam entre R\$ 200 e R\$ 500 mil anuais e apenas 1% dos estabelecimentos faturam mais que R\$ 10 milhões.

Cerca de 36% dessas lojas estão abertas há mais de 10 anos, enquanto outros 13% estão no mercado há mais de 30 anos. Chama a atenção, porém, que 18% estejam funcionando há menos de 2 anos.

Cicloativismo

A pesquisa detectou 55 entidades dedicadas ao cicloativismo no país, que receberam R\$ 5,1 milhões de financiamento público e privado, da venda de produtos e da promoção de eventos em 2016.

O levantamento também mostrou que, entre 2007 e 2017, foram realizados 124 projetos de pesquisa centrados na bicicleta no país, ao custo de R\$ 3,7 milhões.

Já com base em dados da Confederação Brasileira de Ciclismo (CBC), a UFRJ informou que foram realizados 203 eventos esportivos ligados à bicicleta.

As competições contaram com a participação de mais de 149 mil atletas e acompanhantes, que gastaram mais de R\$ 46 milhões em hospedagem em cidades de todo o país, a maioria no interior.

Em 2017, somente cada etapa da Copa Internacional de Mountain Bike empregou 1,2 mil pessoas.

Proposta regulamenta compensação ambiental em áreas de reforma agrária

A regularização ambiental de lotes em assentamentos da reforma agrária e de áreas de até um módulo fiscal poderá ser feita mediante compensação. É o que propõe projeto, de Cidinho Santos (PR-MT), que tramita na Comissão de Meio Ambiente (CMA), sob a relatoria de Acir Gurgacz (PDT-RO). A proposta irá à Comissão de Agricultura (CRA), que decidirá em caráter terminativo.

De acordo com o PLS 381/2017, o percentual de reserva legal das áreas será definido segundo a data de sua implantação e fracionamento, observando-se a legislação vigente à época. Salvo se houver reserva legal para o assentamento, a regularização terá que ser individualizada. Ficam suspensas as autuações e os embargos ambientais a assentamentos relativos a infrações cometidas antes de maio de 2012, considerando a inexistência de passivo ambiental.

Segundo Cidinho Santos, há cerca de 9,3 mil assentamentos



André Borges/Agência Brasília

Pelo projeto, o percentual de reserva será definido segundo a legislação da época da criação do assentamento

criados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Desses, 8,7 mil têm mais de cinco anos e cerca de 977 mil famílias assentadas, que serão beneficiadas pela proposta.

O projeto estabelece que, nos imóveis com área de até um módulo fiscal (de 5 a 110 hectares, dependendo do município) em 25 de maio de 2012 e remanescente de vegetação nativa, a reserva legal será constituída com a

área ocupada pela vegetação nativa na mesma data, vedadas novas conversões para uso alternativo do solo.

Para assentamentos consolidados implantados antes de 22 de julho de 2008, fica dispensada a licença de instalação, devendo a regularização ambiental da propriedade e da atividade ser feita individualmente, se for o caso.

Para imóveis rurais e lotes da reforma agrária com área de até um módulo fiscal ocu-

pados por agricultor familiar que não seja titular de outro imóvel rural, fica dispensada a recomposição da reserva legal, devendo ser preservada ou reconstituída a área de preservação permanente (APP).

Na justificativa do projeto, Cidinho afirma que houve omissão normativa no novo Código Florestal com relação à adoção do sistema de compensação ambiental para lotes de assentamentos rurais e para áreas com até um módulo

fiscal, relativamente a passivos ambientais apurados após 22 de julho de 2008. O código determina apenas a consolidação do passivo ambiental até essa data. O senador diz que é necessária a regularização ambiental dos assentamentos rurais, favorecendo o desenvolvimento social e econômico de pequenas propriedades rurais, em cumprimento à função social da propriedade.

Como o Código Florestal trata de forma igualitária a regularização ambiental de todas as propriedades com área de até quatro módulos fiscais, os pequenos sofrem, argumenta Cidinho, prejudicando a subsistência do agricultor familiar, que em regiões da Amazônia Legal precisaria reflorestar 80% da pequena propriedade rural.

“Há ainda problemas decorrentes de embargos ambientais, que impedem o exercício de qualquer atividade de subsistência nos assentamentos, bem como o acesso ao crédito”, afirma o autor.

Diagnóstico precoce viabiliza a cura, ressaltam especialistas de medicina

Exames periódicos para adultos e testes para recém-nascidos precisam entrar na rotina dos brasileiros para evitar problemas de difícil detecção

Aline Guedes

ELE ACABOU DE completar um ano de vida e daqui a pouco não se lembrará, mas Gabriel Avelar teve que utilizar órtese craniana por sete meses. Nascido com insuficiência respiratória, ficou cinco dias na UTI quando saiu da sala de parto. Embora as enfermeiras sejam orientadas a mudar o recém-nascido de posição a cada duas horas, não havia muito a ser feito com Gabriel devido aos aparelhos respiratórios. Resultado: ele sofreu plagiocefalia — alterações na forma do crânio geralmente devido à posição constante.

Assim que percebeu alterações no formato da cabeça, a mãe, Raquel Avelar, procurou o pediatra, que constatou a plagiocefalia. Ela ressaltou que o diagnóstico precoce foi fundamental para a rápida correção do problema.

— Foi um susto, porque a gente desconhecia esse tipo de problema — disse.

Segundo o neurocirurgião Luiz Márcio Marinho, quando não corrigida a tempo, a plagiocefalia pode trazer consequências funcionais, estéticas e neurológicas definitivas.



Raquel Avelar conseguiu diagnóstico rápido para Gabriel e o tratamento em sete meses evitou má formação do crânio

O diagnóstico precoce, como o que salvou Gabriel, ainda é um desafio no Brasil. Muitos problemas são detectados em fase avançada, impedindo ou atrapalhando o tratamento, como resalta a geneticista Lavínia Schüller-Faccini, do Departamento de Genética da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

— Quanto mais cedo se identificar qualquer tipo de doença, menos difícil será a implementação de medidas para uma cura rápida e efetiva.

Além de um estilo de vida mais saudável, identificar problemas cedo é importante para garantir tratamento adequado, conforme destacou Eduardo Amorim (PSDB-SE), que é médico, em sessão especial para marcar o Dia Mundial do Rim, em março. Ele lamentou a falta de atenção do governo federal e a dificuldade para os pacientes encontrarem serviços como a diálise, por exemplo.

— Existe um verdadeiro descompasso. Em muitas locali-

dades, há um vazio assistencial e pacientes precisam viajar horas e horas para ter atendimento — disse o senador.

Programas de detecção de doenças durante os primeiros meses e anos de vida evitam males irreversíveis que podem custar caro às vítimas, às suas famílias e ao Estado. O Ministério da Saúde, no entanto, ainda não dispõe de ação específica com esse fim, ficando a cargo da população buscar atendimento e fazer exames periodicamente.

Check-up para adultos e exames ainda na maternidade são fundamentais

Para muitos homens, a bateria de exames de check-up é sinônimo de desperdício de tempo e dinheiro, mas os médicos recomendam que todas as etapas sejam cumpridas anualmente também pelas mulheres. A maioria dos fatores de risco para doenças metabólicas, cardiovasculares e os estágios iniciais do câncer, por exemplo, não apresentam sintomas, segundo o cardiologista Ivan Pereira Penna.

— Historicamente o homem

tem mais tendência a ignorar sintomas, mas ele precisa de acompanhamento mais cedo do que a mulher, por questões hormonais — explicou.

Para bebês, exames como o teste do pezinho e da orelhinha devem ser feitos logo no berçário. O da orelhinha deve ser feito até o terceiro dia de vida para detectar deficiências auditivas. Já o do pezinho detecta várias doenças e deve ser feito até o quinto dia. A frequência cardíaca e os reflexos visuais também são avaliados ainda na maternidade.

Bebês prematuros ou com baixo peso precisam passar por mais de uma coleta. Segundo a pediatra Eridan Stefanelli, da Neonatologia dos Hospitais Regionais de Taguatinga e de Ceilândia (DF), todos os exames de triagem nos bebês estão disponíveis gratuitamente para todas as pessoas e previnem doenças que podem se desenvolver ao longo da vida, como sífilis e toxoplasmose.



A pediatra Eridan explica que exames para bebês estão disponíveis a todos

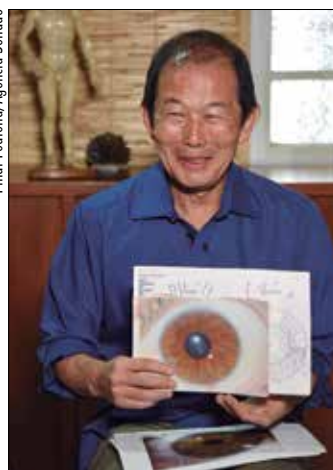
Práticas integrativas ajudam a identificar problemas de saúde

Na busca de detectar possíveis problemas de saúde, há quem procure saídas fora da medicina tradicional. Uma delas é a iridologia. Seus praticantes acreditam que é possível identificar desequilíbrios com base em alterações nos padrões da íris, como explica o iridólogo Massao Honda. O especialista esclarece, porém, que essa análise não determina se uma pessoa sofre de uma doença intestinal, por

exemplo, mas alerta para instabilidade ou inflamação nesse órgão.

— É uma técnica de diagnóstico precoce e de prevenção, revelando a origem do mal-estar físico, psíquico ou emocional. A partir daí, a gente aconselha o paciente a procurar o especialista médico tradicional — afirmou.

As práticas integrativas têm se intensificado nos últimos anos e hoje admitem a possibilidade de incorporar características da medicina tradicional. Tanto que o governo do Distrito Federal dispõe de um programa de práticas integrativas que tem como missão o desenvolvimento, a gestão e a produção de conhecimento na área, no âmbito do SUS. Entre as ferramentas do programa, estão a acupuntura, a arteterapia, a pintura e a música, para promover e facilitar a recuperação da saúde nos aspectos físico, emocional, mental e social.



Massao Honda diz que a iridologia se integra à medicina tradicional

Senado tem campanhas de conscientização e projetos de lei

O Senado tem atuado para conscientizar sobre a importância do diagnóstico precoce. Movimentos como a campanha Outubro Rosa, que estimula a prevenção do câncer de mama, e a Novembro Azul, que alerta para patologias masculinas, aumentam a discussão sobre o impacto do rastreamento, segundo a ginecologista e coordenadora-geral de Saúde do Senado, Daniele Calvano Mendes.

Este ano, o Senado participou até agora de 15 campanhas relacionadas à prevenção de doenças. Há sessões especiais como a que marcou o Dia Mundial do Rim, em 8 de março, e propostas como a que inclui no calendário oficial do país o Dia Nacional de Conscientização sobre a Síndrome de Edwards, que resulta em malformações congênitas que afetam cérebro, coração, rins e aparelho gastrointestinal.

Também se destacam projetos como o PLS 148/2016, que pretende assegurar rastreamento de doenças no Sistema Único de Saúde (SUS). O texto, de Cristovam Buarque (PPS-DF), aguarda votação na Comissão de Assuntos Sociais (CAS). Na Câmara, aguarda votação o PL 6.575/2016, que torna obrigatória a coleta de dados e informações sobre pessoas com espectro autista nos censos demográficos do IBGE, a partir de 2020. Se aprovada, a proposta será encaminhada ao Senado. Estima-se que 70 milhões de pessoas no mundo tenham autismo, sendo 2 milhões no Brasil, mas até hoje nenhum levantamento foi feito no país para identificar essa população.

Saiba mais

Gerência de Práticas Integrativas em Saúde
<http://bit.ly/praticasIntegrativas>

Hospital de Apoio de Brasília
<http://bit.ly/HospitaldeApoio>

Clínica Heads — assimetrias cranianas
www.clinicaheads.com.br

Menina coragem
facebook.com/meninacoragem

Veja todas as edições do Especial Cidadania em www.senado.leg.br/especialcidadania